



NEOENERGIA GUANABARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.438.913/0001-03 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

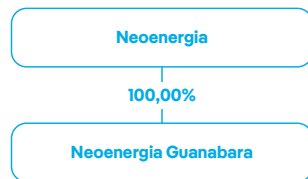
Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2023, a Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA GUANABARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão e subestações: no estado do Rio de Janeiro, compostas pelo primeiro e segundo circuito da linha de transmissão terminal Rio - Lagos, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227 km, com origem na subestação terminal Rio e término na subestação Lagos; pelo primeiro e segundo circuito da linha de transmissão Lagos - Campos 2, em 500kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 101km, com origem na subestação Lagos e término na subestação Campos 2; pela subestação Campos 2500 kV; pelo novo pátio de 500kV na subestação Lagos. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial. A receita anual permitida (RAP) é de R\$117.000, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Linhas de Transmissão - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 KV Terminal Rio - Lagos	2	500kV	227	29/09/2023	22/03/2049
LT 500 KV Lagos - Campos 2	2	500kV	101	29/09/2023	09/03/2049

3.2. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas				
Subestação	Tensão (kV)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga	
SE Campos 2	500kV	29/09/2023	22/03/2049	
SE Lagos - pátio novo	500kV	29/09/2023	09/03/2049	

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos				
Linha de Transmissão/Subestação	Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2022 (R\$ Mil)¹	Evolução Física em 31/12/2023	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2023 (R\$ Mil)¹
LT 500 KV Terminal Rio - Lagos				
LT 500 KV Lagos - Campos 2	81%	425.537	86%	282.685
SE Campos 2				
SE Lagos - pátio novo				

* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por LT/SE

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP - receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$117.000.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Linhas de Transmissão e Subestações em construção - Características Financeiras						
Linha de Transmissão/Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 500 KV Terminal Rio - Lagos						
LT 500 KV Lagos - Campos 2	100%	117.000	117.000*	2024	Junho	IPCA
SE Campos 2						
SE Lagos - pátio novo						

* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2023		2022		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Receita líquida	286.181		475.760		(189.579)	-40%
MARGEM BRUTA	286.181		475.760		(189.579)	-40%
Custos de construção	(282.685)		(425.537)		142.852	-34%
Custos dos serviços	(1.152)		(909)		(243)	27%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(2.806)		(1.776)		(1.030)	58%
= Despesa Operacional	(286.643)		(428.222)		141.579	-33%
EBITDA	(462)		47.538		(48.000)	-101%
Depreciação	(52)		(14)		(38)	271%
Resultado Financeiro	(76.135)		(62.085)		(14.050)	23%
IR/CS	26.237		4.950		21.287	430%
LCURO LÍQUIDO	(50.412)		(9.611)		(40.801)	425%

A Margem Bruta e as Despesas Operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$286.181 mil, -40% vs. 2022 e -R\$286.643 mil, -33% vs. 2022, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encorou o ano em -R\$462 mil, redução de 101%, em relação ao ano de 2022.

O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$76.135 mil em 2023 (+23% vs. 2022). A variação é devida principalmente à contratação de novos financiamentos em 2023 e à despesa com encargos de dívida, impactado pela variação do IPCA em relação ao ano anterior.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou prejuízo líquido no ano de 2023 de R\$50.412 mil, uma redução de 425% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2023, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$635.414 mil (dívida líquida R\$631.469 mil). Em dezembro de 2023, a Companhia contava com 97% da dívida bruta contabilizada no longo prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Guanabara, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Guanabara e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Guanabara.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Guanabara sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2023	2022
Receita operacional, líquida	3	286.181	475.760
Custos		(283.843)	(426.446)
Custos de construção	4	(282.685)	(425.537)
Custos dos serviços	5	(1.158)	(909)
Lucro bruto		2.338	49.314
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(2.852)	(1.790)
(Prejuízo) Lucro operacional		(514)	47.524
Resultado financeiro		(76.135)	(62.085)
Receitas financeiras	6	14.389	13.035
Despesas financeiras	6	(75.630)	(39.116)
Outros resultados financeiros, líquidos	6	(14.894)	(36.002)
Prejuízo antes dos tributos		(76.649)	(14.561)
Tributos sobre o lucro		26.237	4.950
Diferido	7.1.1	26.237	4.950
Prejuízo do exercício		(50.412)	(9.611)
Prejuízo básico e diluído por ação do capital - R\$:	14.2.a	(0,08)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(50.412)	(9.611)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	52	14
Tributos sobre o lucro	(26.237)	(4.950)
Resultado financeiro, líquido	76.135	62.085
Alterações no capital de giro:		
Concessão do serviço público (ativo contratual)	(310.324)	(501.619)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros e operações de desconto de títulos	(57.028)	(125.677)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(240)	778
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	27.580	48.227
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(3.646)	(21.017)
Outros ativos e passivos, líquidos	(11.907)	(10.160)
Caixa consumido pelas operações	(356.027)	(561.930)
Encargos de dívidas pagas	(23.851)	(20.992)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(29.440)	(23.753)
Rendimentos de aplicações financeiras	12.704	11.427
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(396.614)	(595.196)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.648)	(851)
Caixa consumido pelas atividades de investimentos	(1.648)	(851)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	600.000	830.671
Pagamento dos custos de captação	(14.840)	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(560.402)	(562.637)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	-	19.137
Aumento e integralização de capital	217.500	310.657
Mútuos (aplicados) recebidos	(60.860)	60.860
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	181.398	658.688
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(216.864)	62.641
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	220.809	158.168
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.945	220.809
Transações que não envolveram caixa:		
Adições e atualizações de provisões capitalizadas	5.027	21.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.945	220.809
Instrumentos financeiros derivativos	11.3.a	-	3.701
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	6.266	4.085
Outros tributos a recuperar		139	258
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	95.877	63.904
Adiantamento a fornecedores		371	1.178
Outros ativos circulantes		2.069	1.705
Total do circulante		108.667	295.640
Não circulante			
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	43	32
Depósitos judiciais	12.1.c	67.460	61.417
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	1.604.853	1.321.475
Imobilizado		1.002	616
Intangível		1.571	361
Total do não circulante		1.674.922	1.383.901
Total do ativo		1.783.596	1.679.541
Passivo			
Circulante			
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	10	16.016	73.060
Empréstimos e financiamentos	11.2	17.447	597.091
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		1.578	1.818
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	4.617	2.608
Contas a pagar de operações de mútuo	13	-	60.860
Outros passivos circulantes		10.035	5.929
Total do circulante		49.693	741.366
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11.2	617.967	-
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	50.992	76.040
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	184.357	155.185
Provisões	12	50.072	45.045
Outros passivos não circulantes		3.542	4.270
Total do não circulante		906.930	280.560
Patrimônio líquido	14		
Atribuído ao acionista da Companhia		826.973	657.615
Total do patrimônio líquido		826.972	657.615
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.783.596	1.679.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(50.412)	(9.611)
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	3.438	(2.132)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(1.169)	725
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	2.269	(1.407)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	2.269	(1.407)
Resultado abrangente do exercício	(48.143)	(11.018)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	509.971	7.976	141.938	(2.270)	657.615
Aumento de capital	217.500	-	-	-	217.500
Prejuízo do exercício	-	-	-	(50.412)	(50.412)
Outros resultados abrangentes	-	-	2.270	-	2.270
Destinação do lucro líquido:					
Reserva lucros a realizar	-	-	(50.412)	-	50.412
Saldos em 31 de dezembro de 2023	727.471	7.976	91.526	-	826.973
Saldos em 31 de dezembro de 2022	199.314	7.976	151.549	(863)	357.976
Aumento de capital	310.305	-	-	-	310.305
Capital integralizado	352	-	-	-	352
Prejuízo do exercício	-	-	-	(9.611)	(9.611)
Outros resultados abrangentes	-	-	(1.407)	-	(1.407)
Destinação do lucro líquido:					
Reserva lucros a realizar	-	-	(9.611)	-	9.611



financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 6 de fevereiro de 2024. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
9	Concessão do serviço público (ativo contratual)
12	Provisão para processos judiciais
16.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2023:** Em 2023, não houve nenhuma alteração e/ou adoção de novas normas e interpretações que trouxessem impactos relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos dois meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento (" <i>Safe and Leaseback</i> ") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, <i>Reverse factoring</i> , <i>Confirming e/</i> ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2023	2022
Remuneração do ativo contratual	167.585	118.298
Construção de infraestrutura da concessão	147.766	404.426
Outras receitas	-	1.529
Receita operacional bruta	315.351	524.253
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(29.170)	(48.493)
Receita operacional líquida	286.181	475.760

3.1. Deduções da receita bruta:

	2023	2022
Tributos	-	(41)
PIS e COFINS - correntes	-	(141)
PIS e COFINS - diferidos	(29.170)	(48.523)
Total	(29.170)	(48.493)

3.2. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (veja nota 9 para mais informações). A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função de inflação, conforme o índice de atualização por infraestrutura da concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação dos índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13%a.a. e 18%a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8%a.a. e 11%a.a.

4. CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

	2023	2022
Pessoal e benefícios a empregados	(7.844)	(4.478)
Material	(47.108)	(228.632)
Serviços de terceiros	(216.486)	(161.284)
Outros	(11.247)	(31.145)
Total	(282.685)	(425.537)

5. CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2023		2022	
	Custos dos serviços	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(956)	(2.484)	(3.440)	(3.440)
Serviços de terceiros	(74)	(200)	(274)	(274)
Depreciação e amortização	(6)	(46)	(52)	(52)
Impostos, taxas e contribuições	(42)	(13)	(55)	(55)
Outras receitas e despesas, líquidas	(80)	(109)	(189)	(189)
Total	(1.158)	(2.852)	(4.010)	(4.010)

	2022		2021	
	Custos dos serviços	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(909)	(1.516)	(2.425)	(2.425)
Serviços de terceiros	-	(154)	(154)	(154)
Depreciação e amortização	-	(4)	(4)	(4)
Impostos, taxas e contribuições	(5)	(5)	(10)	(10)
Outras receitas e despesas, líquidas	-	(101)	(101)	(101)
Total	(909)	(1.790)	(2.699)	(2.699)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	12.704	11.479
PIS e COFINS sobre receita financeira	(722)	(642)
Atualização de depósitos judiciais	2.397	2.184
Outras receitas financeiras	10	12
14.389	13.033	
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(59.891)	(29.511)
Encargos sobre mútuo	(15.325)	(9.304)
Outras despesas financeiras	(414)	(501)
(75.630)	(39.316)	
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	(10.303)	(109.495)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	31.972	77.969
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(43.241)	(104.853)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	6.662	100.394
Perdas com variações cambiais e monetárias	(409)	(149)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	425	132
(14.894)	(36.002)	
(76.135)	(62.085)	

Resultado financeiro, líquido

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34%. Sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(76.649)	(14.561)
Tributos sobre o lucro à alíquotas da legislação - 34%	26.061	4.951
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Outras adições (reversões) permanentes	176	(1)
Tributos sobre o lucro	26.237	4.950
Alíquota efetiva	34%	34%
Diferido	26.237	4.950
7.1.2 Tributos sobre o lucro diferidos:		
IR/CSLL	2023	2022
Ativo	193	208
Provisão para participação nos lucros e resultados	51.297	23.968
Prejuízo fiscal e base negativa	236	1.293
Outros	51.726	25.469
Total diferenças temporárias - ativo	(102.718)	(101.529)
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(102.718)	(101.529)
Total diferenças temporárias - passivo	(102.718)	(101.529)
Tributos sobre o lucro diferidos, líquido	(50.992)	(76.060)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	(76.060)	(81.735)
Efeitos reconhecidos no resultado	26.237	4.950
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(1.169)	725
Saldo final do exercício	(50.992)	(76.060)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Entre 2029 e 2033	2023	2022
Ativo fiscal diferido	17.521	-	-
7.1.3. Tributos sobre o lucro a recuperar:			
Imposto de Renda - IR	6.266	4.085	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	43	32	-
Ativo	6.309	4.117	
Circulante	6.266	4.085	-
Não circulante	43	32	-

7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseadas em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando as premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7.2. Outros tributos a recolher:

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	27.219	27.786
Programa de Integração Social - PIS ⁽¹⁾	28.065	22.868
Contribuição para o Financiamento da Seguridade social - COFINS ⁽¹⁾	129.271	105.348
Impostos e contribuições retidos na fonte	3.923	1.565
Outros	496	226
Total outros tributos a recolher	188.974	157.793
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	188.974	157.793
Circulante	4.617	2.608
Não circulante	184.357	155.185

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	75	122
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.856	112.743
Fundos de investimento	14	107.944
3.945	220.809	

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2023 é de 100,5% do CDI (100,5% em 31 de dezembro de 2022). A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2023	2022
Carteira		
Fundos exclusivos	3.870	220.687
Operações compromissadas	3.870	220.687

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2023	2022
Saldo do ativo contratual	1.700.730	1.385.379
Circulante	95.877	63.904
Não circulante	1.604.853	1.321.475

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	1.385.379	862.655
Receita de construção	147.766	404.426
Remuneração do ativo contratual	167.585	118.298
Saldo final do exercício	1.700.730	1.385.379

9.1. Política contábil: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

10. FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E CONTRATOS DE CONVÊNIO

	2023	2022
Material e serviços	16.016	73.060
Total	16.016	73.060
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	16.016	73.060
Obrigações a pagar de contratos de convênio	-	45.349

Operações de desconto de títulos ou Risco Sacado: Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu devedor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais (passivo original), não havendo postergação substancial de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira. Até 31 de dezembro de 2022, essas transações eram substancialmente operacionalizadas diretamente entre o fornecedor e as instituições financeiras, maioritariamente sob os Contratos de Convênio e Termo de Cessão de Recebíveis (em conjunto "Contrato de Convênio"), firmados entre a Companhia e instituição financeira, cujo pagamento do título cedido é realizado pela Companhia para instituição financeira. A partir do exercício de 2023, a Companhia não realizou este tipo de transação. Em 31 de dezembro de 2022, o valor das obrigações está apresentado como segue:

	2022
Contrato de convênio	45.349
Circulante	45.349
Prazo médio de pagamento	161 dias

10.1. Política contábil e julgamentos críticos: Os fornecedores, contas a pagar e empreiteiro e obrigações a pagar de contratos de convênio são passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 16.4). A Companhia avalia se cessão dos títulos atrelada substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o credor original. Se a cessão altera substancialmente as características qualitativas e quantitativas do passivo financeiro original (Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros), a Companhia reconhece um novo passivo financeiro ("Emprestimos e financiamentos"), e reconhece eventual ganho/perda no resultado do exercício. Se o passivo original não foi substancialmente modificado e a contraparte recebedora do pagamento foi alterada, a Companhia reconhece um novo passivo financeiro ("Obrigações a pagar de contratos de convênio"). As cessões dos títulos que não alteram substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional ou de investimento, a depender substancialmente da natureza do produto ou serviço adquirido. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** Para determinar se houve alteração substancial nas características qualitativas a Companhia avalia, principalmente, eventuais modificações nas garantias contratuais e/ou inclusão de cláusulas de default usualmente observadas em contratos de dívidas. No tocante as características quantitativas a Companhia avalia se houve modificação do prazo de pagamento superior a 3 (três) vezes o prazo usual negociado para fornecedores da mesma categoria e se houve alteração maior do que 10% no valor justo do passivo em relação às condições originais.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

11.1. Dívida líquida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor ao seu acionista, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos bancários	-	597.091
Agências de fomento	635.414	



dividendo mínimo obrigatório, considerando o lucro líquido do exercício não ter sido realizado em caixa ou equivalentes de caixa. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(50.412)	(9.611)
Reserva legal	-	-
Prejuízo ajustado	(50.412)	(9.611)
Absorção do prejuízo do exercício com realização da reserva de lucros a realizar	50.412	9.611
Lucro líquido a distribuir	-	-

c) Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa de (R\$48.143) (R\$11.018 em 2022). **14.3. Reservas de lucros: a) Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **b) Reserva de lucros a realizar:** Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas. **14.4. Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de serviços administrativos e (ii) mútuos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

15.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:

Neoenergia e suas subsidiárias		
Ativo	Passivo	
Compartilhamento de pessoal (a)	Compartilhamento de pessoal (a)	
2023	2022	
-	4	
-	4	
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	766	1.037
Contas a pagar de mútuo (b)	-	60.860
Compartilhamento de pessoal (a)	209	488
2023	2022	
975	62.385	

15.2. Transações com partes relacionadas:

Neoenergia e suas subsidiárias	
Ativo	Passivo
Despesas gerais e administrativas (a)	Despesas gerais e administrativas (a)
Resultado financeiro, líquido	Resultado financeiro, líquido
2023	2022
(2.042)	(1.302)
(15.325)	(9.304)
(17.367)	(10.606)

15.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (a) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia. (b) Contrato de mútuo financeiro firmado com a Neoenergia S.A. com vencimento em dezembro de 2023. **15.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave):** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve remuneração dos administradores da Companhia. **15.5. Transações com partes relacionadas:**

Neoenergia e suas subsidiárias	
Ativo	Passivo
Despesas gerais e administrativas (a)	Despesas gerais e administrativas (a)
Resultado financeiro, líquido	Resultado financeiro, líquido
2023	2022
(2.042)	(1.302)
(15.325)	(9.304)
(17.367)	(10.606)

15.6. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (c) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia. (d) Contrato de mútuo financeiro firmado com a Neoenergia S.A. com vencimento em dezembro de 2023. **15.8. Remuneração da administração (Pessoal-chave):** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2023			2022		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	3.931	-	14	112.865	-	107.944
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	3.701	-	-
Outros ativos financeiros	8	-	-	1.533	-	-
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros e operações de desconto de títulos	16.016	-	-	73.060	-	-
Empréstimos e financiamentos	635.414	-	-	597.091	-	-
Outros passivos financeiros	13.478	-	-	70.990	-	-
664.908	-	-	741.141	-	-	-

CA - Custo amortizado
VJORA - Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes
VJR - Valor justo por meio do resultado

16.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.8 - análise de sensibilidade. **16.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2023	2022
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	14	107.944
Non-deliverable forwards (NDF)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.701
14	111.645	

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **16.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2023	2022
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	635.414	635.414
Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). 16.5. Política contábil: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo mode-	597.091	584.403

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que

lo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **16.6. Métodos e técnicas de avaliação:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando a curva dos títulos da Companhia. **16.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas. Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de hedge mensurados a fluxo de caixa:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Valor justo		
	2023	2022	Vencimento (Ano)	2023	2022
Ativo	-	US\$ 60.972	-	-	316.260
Passivo	-	R\$ 310.995	2023	-	(312.559)
Risco de crédito líquido					3.701

16.8. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2023. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição	Impacto	Impacto
				(Saldo/ Cenário Provável)	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	11,65%	3.870	366	(55)
Passivos financeiros						
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,68%	(649.309)	(69.385)	(4.186)
						(8.372)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro Diretor Presidente	Luciana Maximino Maia Diretora de Contabilidade
---	---

CONTADOR

Tiago Donatti Furigo CRC-SP-338760/O-6
--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que

o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 2024

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ	Jônatas José Medeiros de Barcelos Contador CRC nº 1 RJ 093376/O-3
--	---

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 08/02/2024
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link